

1 Rendimentos e Repartição do Rendimento

Objetivos:

- » Identificar a contribuição dos fatores produtivos para a criação de valor acrescentado.
- » Distinguir repartição funcional de repartição pessoal do rendimento.
- » Associar o salário à remuneração do fator trabalho.
- » Enunciar as diferentes formas de remunerar o capital.
- » Identificar os detentores das diferentes formas de capital.
- » Retirar conclusões de carácter económico e social sobre a repartição do rendimento.
- » Perceber o porquê das desigualdades nesta repartição.
- » Definir rendimento per capita, rendimento nacional e rendimento disponível.

1.1 A atividade produtiva e a formação dos rendimentos

A repartição de rendimentos consiste na distribuição dos rendimentos gerados no decorrer do processo produtivo pelos diferentes agentes económicos de uma dada sociedade, pois é através do processo produtivo que os agentes económicos transformam as matérias-primas e subsidiárias em produtos (bens ou serviços), criando-lhes novas utilidades e aumentando o seu valor.

Por exemplo, uma exploração florestal vende a madeira (toros) a uma serração. A madeira em toros tem pouca utilidade mas a serração pode transformá-la em tábuas de múltiplas espessuras e assim a madeira passa a ter uma utilidade maior e o seu valor aumenta. Por isso, o preço pelo qual a serração vai vender as tábuas é superior ao valor pelo qual comprou a madeira. A empresa produtora de mobiliário, por sua vez, vai transformar as tábuas em bens que satisfazem de forma direta as necessidades dos consumidores finais, que reconhecem uma muito maior utilidade à secretária do que à tábua ou ao toro – razão pela qual estamos dispostos a pagar o preço da secretária, superior ao da tábua e muito superior ao do toro. Logo, a produção cria riqueza ao acrescentar valor aos bens que as empresas transformam durante o processo produtivo, sendo este valor acrescentado a base da riqueza criada.

Como um país não é composto somente pela empresa de exploração florestal ou pela serração, mas por uma multiplicidade de empresas, todas elas produzindo bens e serviços, ao somarmos os valores acrescentados do conjunto das empresas, obtém-se a riqueza do país. Com essa riqueza, ou rendimento do país, os agentes económicos (empresas) vão remunerar os diversos intervenientes no processo produtivo, pagando salários, rendas, juros e lucros, ou seja, a riqueza criada pela atividade produtiva vai ser repartida pelos intervenientes.

Podemos encarar a repartição dos rendimentos sob dois pontos de vista: da produção (dos fatores produtivos); ou das famílias, isto é, de quem recebe. Cada interveniente na atividade económica obtém os rendimentos de acordo com as funções que desempenha. Desse modo, os trabalhadores são remunerados através dos salários por oferecerem a sua força de trabalho às empresas; os empresários recebem os lucros gerados pela produção, que consistem na diferença entre receitas e despesas; os proprietários dos imóveis recebem o dinheiro das

rendas associado aos mesmos; finalmente aqueles que detêm capital auferem juros sobre esse mesmo capital. Em ambos os casos, o que está em causa é sempre o rendimento gerado durante o processo produtivo que vai ser distribuído pelos fatores produtivos de acordo com o esquema que se representa de seguida.

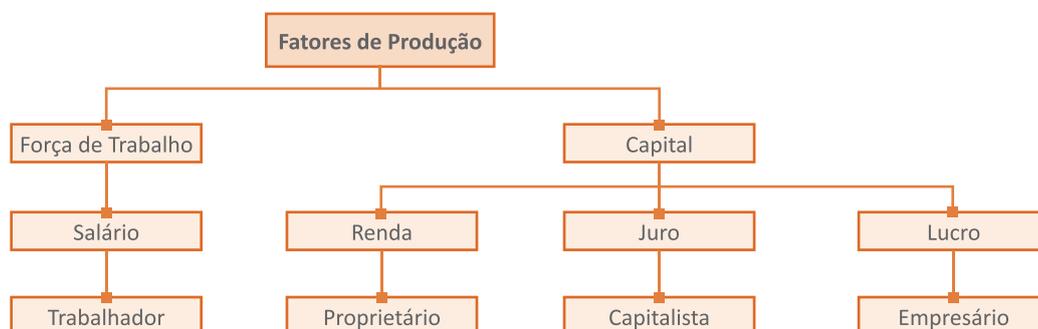


Figura 1 – Descrição dos fatores de produção e dos seus rendimentos.

A repartição do rendimento é fundamental para a satisfação das necessidades, pois os rendimentos repartidos são os recursos monetários necessários para que os indivíduos possam adquirir os bens e serviços indispensáveis à satisfação dessas necessidades.



Tarefa 1:

1. Relaciona a atividade produtiva com a formação de rendimentos.

2. Completa os espaços em branco:

“Os trabalhadores oferecem a sua força de _____ e por esse facto auferem _____, que gastam na aquisição de _____ e _____, para a satisfação das suas _____. Mas as famílias não são as únicas que recebem rendimentos durante o processo produtivo pois também existem as _____ obtidas pelos proprietários, os _____ que são recebidos pelos capitalistas ou detentores de _____, e por último os _____, gerados nas empresas que são obtidos pelos _____, que também eles fazem parte das famílias.”

3. Quais os fatores de produção que obtêm rendimentos e porquê?

1.2 A Repartição Funcional dos Rendimentos

A repartição funcional do rendimento mostra-nos como são remunerados os diferentes intervenientes no processo produtivo, tendo em atenção as funções por eles desempenhadas. Com efeito, os salários são a contrapartida da função desempenhada pelos trabalhadores no processo produtivo, enquanto a contrapartida para os detentores do capital ou proprietários dos meios de produção se traduz em juros, rendas e lucros. Há ainda a considerar uma outra parte que é entregue ao Estado, sobre a forma de impostos. O esquema anteriormente apresentado serve de referência a esta repartição funcional de rendimentos.

A Remuneração do Trabalho

De todas as formas de remuneração aquela que mais interessa aos agentes consumidores é o salário recebido pela força de trabalho despendida, dado que para a maioria dos indivíduos esta é a sua única fonte de rendimento obtida durante a participação no processo produtivo.

Sob a designação genérica de salário incluem-se outras prestações remuneratórias de diferentes formas de trabalho e agentes que as recebem. Algumas dessas designações são:

- Salário – remuneração daqueles que executam predominantemente trabalho manual e direto.
- Ordenado – remuneração dos funcionários superiores das empresas, que executam predominantemente um trabalho intelectual e indireto (quer seja de execução quer seja de direção).
- Vencimento – remuneração dos funcionários do Estado e da administração pública.
- Honorários – remuneração dos serviços prestados por profissionais liberais (médicos, advogados, arquitetos, enfermeiros, etc.).
- Direitos de autor – remuneração da propriedade intelectual e artística.
- Comissões – remuneração de alguns vendedores que consiste numa percentagem sobre o valor da venda realizada. Não raro, os vendedores têm uma parte da remuneração fixa (salário) e outra variável, correspondente às comissões sobre as vendas que conseguirem realizar.
- Cachet – remuneração dos artistas de espetáculo (cinema, televisão, teatro, etc.).

O termo salário também não é só utilizado para designar a remuneração devida pela participação direta do trabalhador no processo de produção – salário direto; também se refere às transferências efetuadas pelo Estado para suprir as necessidades dos trabalhadores, quando estes não podem prestar a sua força de trabalho – salário indireto – exemplos: subsídios de doença, de desemprego, pensões de invalidez e de reforma.

Qualquer alteração que ocorra no nível de preços dos bens e serviços adquiridos vai afetar diretamente a capacidade aquisitiva dos mesmos. Daí que seja necessário distinguir entre salário real e salário nominal, pois a inflação (o aumento do nível geral de preços) provoca distorções ao nível do rendimento obtido. Note-se que o rendimento obtido pelo indivíduo é diferente da quantidade de bens e serviços que ele consegue adquirir com esse mesmo rendimento.

O salário nominal corresponde à quantidade de moeda recebida pelo trabalhador por exercer as funções que tem a seu cargo, o qual utiliza para adquirir os bens e serviços de que necessita. Se os preços dos produtos no mercado se elevarem, e o rendimento não acompanhar esta evolução, o agente vai ter um menor rendimento para os comprar e consome quantidades menores (reduz o poder de compra dos agentes).

O salário real indica a quantidade real de bens e serviços que o indivíduo poderá adquirir com o salário nominal que auferir. Neste caso, se o preço dos bens e serviços baixar, o indivíduo poderá adquirir uma maior quantidade de bens e serviços do que poderia anteriormente (se o seu salário nominal se mantém estável).

Vejamos um exemplo simples. Suponha que o Sr. Almeida recebia 1000 US\$ mensais no ano de 2012, sendo este o seu salário nominal, e que o mesmo se manteve no ano de 2013. Os preços de mercado subiram no início do ano de 2013 em virtude da inflação que se verificou. Vamos supor ainda que o aumento de preços tinha sido na ordem dos 10%, pelo que o Sr. Almeida precisava de receber no ano de 2013 $(1000 + 0,1 \cdot 1000) = 1100$ US\$

mensais para conseguir adquirir a mesma quantidade de bens que conseguia há um ano atrás. Desta forma, vemos que o salário nominal do Sr. Almeida se manteve mas o seu salário real diminuiu pois agora ele consegue comprar menos bens e serviços (o seu poder de compra diminuiu).

A Remuneração do Capital – Renda, Juro e Lucro

Também o capital, como fator produtivo, contribui para o processo de criação de riqueza durante o processo produtivo. Designam-se por fatores de capital todos os meios utilizados na produção, como as máquinas, os terrenos, os edifícios e o dinheiro necessário ao investimento na produção.

A renda consiste naquela parte do rendimento que é recebida pelos proprietários dos edifícios, terrenos, armazéns, etc. Por exemplo, se a nossa empresa está a operar em instalações alugadas, com um custo mensal de 1000 US\$, significa isto que em termos anuais teremos de pagar rendas de 12000 US\$ aos proprietários desse bem de capital.

O juro constitui a remuneração obtida pelos detentores do capital, ou seja, os agentes económicos que emprestam o dinheiro necessário a quem dele precisa para investir no processo produtivo ou recebido pelos intervenientes na produção quando, por exemplo, prescindem de valores excedentários canalizando-os através de poupança sobre a forma de depósitos bancários ou outros. É muito frequente a situação de o empresário não dispor da totalidade do dinheiro necessário quer para a implantação da sua unidade produtiva quer para a renovação, melhoramento ou aumento da capacidade produtiva, tendo para isso de recorrer a empréstimos bancários, por exemplo.

Das remunerações auferidas pelos trabalhadores, nomeadamente o salário, uma parte será obviamente gasta em consumo e se houver remanescente este poderá ser aplicado em depósitos sobre a forma de poupança. Pelo facto de estarmos a abdicar de consumo presente por não gastarmos todo o rendimento, teremos de ser compensados pela aplicação do remanescente. Essa compensação designa-se por juro que vai ser calculado com base na taxa de juro. As operações de depósito, por um determinado período de tempo, designam-se por operações passivas pois é o banco que nos paga uma determinada taxa de juro (a passiva). Nessa situação, e supondo um capital de 10.000 US\$ aplicado à taxa de 10% ao ano teremos um juro total de $\text{Juro} = \text{capital depositado} \times \text{taxa de juro passiva} \times \text{tempo} = 10.000 \times 0,1 \times 1 = 1.000 \text{ US\$}$.

Por outro lado, quando falamos de empréstimos estamos a falar de operações ativas pois somos nós que temos de pagar juro ao banco (a taxa de juro ativa). O cálculo dos juros funciona de forma semelhante, sendo a diferença dada pelo facto de sermos nós a pagar o juro ao banco e não o banco a nós. Para dar um exemplo concreto, suponhamos que pedimos ao banco 30.000 US\$ pelo prazo de 1 ano à taxa de juro de 15% ao ano. Neste caso, para calcular o juro associado ao empréstimo: $\text{Juro} = \text{Capital emprestado} \times \text{taxa de juro ativa} \times \text{tempo} = 30.000 \times 0,15 \times 1 = 4500 \text{ US\$}$.

Note-se ainda que a taxa de juro ativa vai ser sempre naturalmente superior à taxa de juro passiva pois é com este diferencial (margem de intermediação financeira - a base para o lucro obtido pelas instituições de crédito como os bancos) que o banco consegue obter o seu rendimento.

Por último temos os lucros que representam a remuneração recebida pelos empresários por contrapartida da iniciativa empresarial, da capacidade de empreender e realizar (dinamizar a empresa) e do risco que incorrem

durante o desenvolvimento da sua atividade económica. Logo, o lucro vai depender da evolução da envolvente económica da empresa, bem como da capacidade de gestão. O apuramento do lucro faz-se por diferença entre o preço de venda dos produtos e o custo de produzir esses mesmos bens ou serviços: $\text{Lucro} = \text{Preço Venda} - \text{Preço de Custo}$.

O lucro assim determinado designa-se por lucro bruto. Mas não é este o valor da remuneração do empresário. Ao lucro bruto há que retirar ainda:

- O valor das amortizações: estas correspondem à depreciação (ou perda de valor) do capital fixo causado quer pela sua utilização durante o processo produtivo quer pela inovação tecnológica;
- O valor das reservas (legais e livres): as reservas constituem poupança das sociedades e têm como finalidade garantir a solvência da empresa e o financiamento de novos projetos (renovação ou aumento da capacidade produtiva da empresa).

Estes lucros podem assim dividir-se em duas partes: os lucros distribuídos e os lucros não distribuídos. Os lucros não distribuídos são a parte do lucro da empresa que ela vai utilizar nela própria (reservas) para realizar novos investimentos na atividade produtiva que desenvolve e no pagamento das amortizações. Os lucros distribuídos (ou dividendos no caso das sociedades anónimas) são a parte dos lucros que a empresa redistribui pelos seus sócios e acionistas, os detentores do capital próprio da empresa.

Se somarmos todos os rendimentos primários ($S + R + J + L$) distribuídos pelas empresas nacionais de um determinado país, então teremos o seu rendimento nacional (RN). O rendimento nacional é um dos indicadores económicos utilizados, sobretudo, nas comparações internacionais. No entanto, deve ser usado com algum cuidado, pois não tem em conta a desigual repartição primária dos rendimentos. Por isso, a sua interpretação deve ser conjugada com outros indicadores.



Tarefa 2:

1. Distingue salário nominal de salário real.
2. Considera que a inflação em 2005 foi de 2,5% e que os salários nominais subiram 2%.
 - 2.1. Que aconteceu ao salário real? Explica.
 - 2.2. Que aconteceu ao poder de compra das famílias? Explica.
3. O que são rendimentos do Capital? Distingue-os, identificando os seus detentores.

1.3 A Repartição Pessoal do Rendimento

Como é que os rendimentos se distribuem pelos agregados familiares de uma dada comunidade (do ponto de vista pessoal)? Só analisando esta repartição pessoal é que tomamos consciência do grau de desigualdade dessa distribuição (das desigualdades salariais).

Olhar para a repartição pessoal do rendimento consiste em verificar como os rendimentos se distribuem pelas famílias, independentemente da função que as mesmas desempenham no processo produtivo. Muitas acumulam com os salários outras formas de rendimentos, como, por exemplo, juros provenientes das poupanças aplicadas, rendas de imóveis e lucros, pois geralmente o empresário recebe também um salário pelas funções de gerente ou diretor que exerce na empresa.

Vamos considerar a existência de 4 famílias: A, B, C e D, cuja repartição de rendimentos está indicada no quadro abaixo.

Famílias	Rendimentos:				Repartição Pessoal
	Salários	Rendas	Juros	Lucros	
Família A	200				200
Família B	150	50	10		210
Família C		120	40	25	185
Família D	215		60	10	285
Repartição Funcional	565	170	110	35	Rendimento Total = 880

Segundo a perspetiva pessoal torna-se evidente a desigualdade na repartição de rendimentos pois a família D recebe mais 100 u.m. do que a família C. Esta desigualdade pode resultar das remunerações diferenciadas do fator trabalho, por virtude das diferentes aptidões pessoais de cada indivíduo, do grau de habilitação académica, das qualificações profissionais que detenham, do número de anos ao serviço da empresa, do tipo de atividade económica desempenhada, em virtude do local onde a empresa se localiza, do ramo de atividade da empresa, da dimensão da empresa, entre muitos outros aspetos. Acresce ainda que os salários variam também em função da idade e, em muitos casos, do sexo, já que as mulheres auferem, frequentemente, salários inferiores aos dos homens.

Mas a desigualdade na redistribuição de rendimentos entre as famílias também depende da propriedade dos meios de capital, pois por exemplo a família A não detém remunerações do fator capital ao contrário da B que recebe remunerações de rendas e juros para além do salário.

Podemos afirmar que existem desigualdades na distribuição pessoal do rendimento que resultam de aspetos como: desigualdade salarial, distribuição da propriedade dos bens de capital, à concentração de rendimentos em parcelas da população, ou até mesmo à possibilidade da existência de heranças que permitem a acumulação de riqueza durante gerações.

Como forma de medir as desigualdades salariais entre famílias é comum utilizar-se a noção de leque salarial, calculado como:

$$\text{Leque Salarial} = \frac{\text{Salário Mínimo}}{\text{Salário Máximo}}$$

Por exemplo, se o salário máximo for de 6000 US\$ e o mínimo de 400 US\$ teremos um leque salarial de 1/15, ou seja, o salário máximo é 15 vezes superior ao salário mínimo.

Rendimento Pessoal Disponível

O montante de rendimento obtido pelas famílias pode não coincidir com o montante monetário que as mesmas podem dispor em cada momento no tempo. Isto acontece pois para além das remunerações derivadas dos fatores produtivos, as famílias podem ainda receber rendimentos sociais (como pensões de reforma, abonos de família, subsídios de desemprego, comparticipações por doença, etc.) e têm obrigatoriamente de pagar impostos ao Estado e contribuições para a segurança social.

Componentes do Rendimento Pessoal Disponível	
+ Remunerações do trabalho (salários)	
+ Rendimentos de propriedade (rendas e juros)	
+ Rendimentos de empresas (lucros)	
+ Transferências internas (subsídios)	– Impostos diretos (impostos sobre rendimentos)
+ Transferências externas (remessas)	– Contribuições Sociais (segurança social)
= Rendimento Pessoal Disponível	

O Rendimento Pessoal Disponível das Famílias é, então, constituído pelo total dos rendimentos recebidos pela participação na atividade produtiva (salários, rendas, juros e lucros) e pelas transferências (internas – prestações sociais feitas pela Administração Pública e Privada às famílias – e externas – aqui assume particular relevância as remessas de emigrantes) depois de serem subtraídos os impostos diretos (os que incidem sobre o rendimento) e as contribuições sociais. Podemos então escrever:

$$\text{Rendimento Pessoal Disponível} = \text{Rendimento do Trabalho} + \text{Rendimentos do Capital} + \text{Transferências} - \text{Impostos Diretos} - \text{Contribuições Sociais}$$

Este rendimento pessoal disponível reflete as disponibilidades reais das famílias, sendo assim um bom indicador económico. A determinação deste rendimento disponível é muito importante, pois é através do rendimento disponível que os particulares irão fazer face às suas despesas de consumo e que irão constituir as poupanças indispensáveis à continuidade do processo produtivo, pois são estas poupanças que serão canalizadas pelo sistema financeiro ao investimento.

Já atrás nos referimos ao rendimento nacional ($RN = S + R + J + L$). É deste valor que, à partida, depende o bem-estar da população, pois é em função do valor dos seus rendimentos que varia o grau de satisfação das suas necessidades. Para se ter uma noção mais exata do poder de compra da população de um país, divide-se o rendimento nacional de um país pela população total desse mesmo país. Como permite medir as diferenças na distribuição dos rendimentos, o rendimento *per capita* é importante nas comparações entre países ou entre regiões de um país.

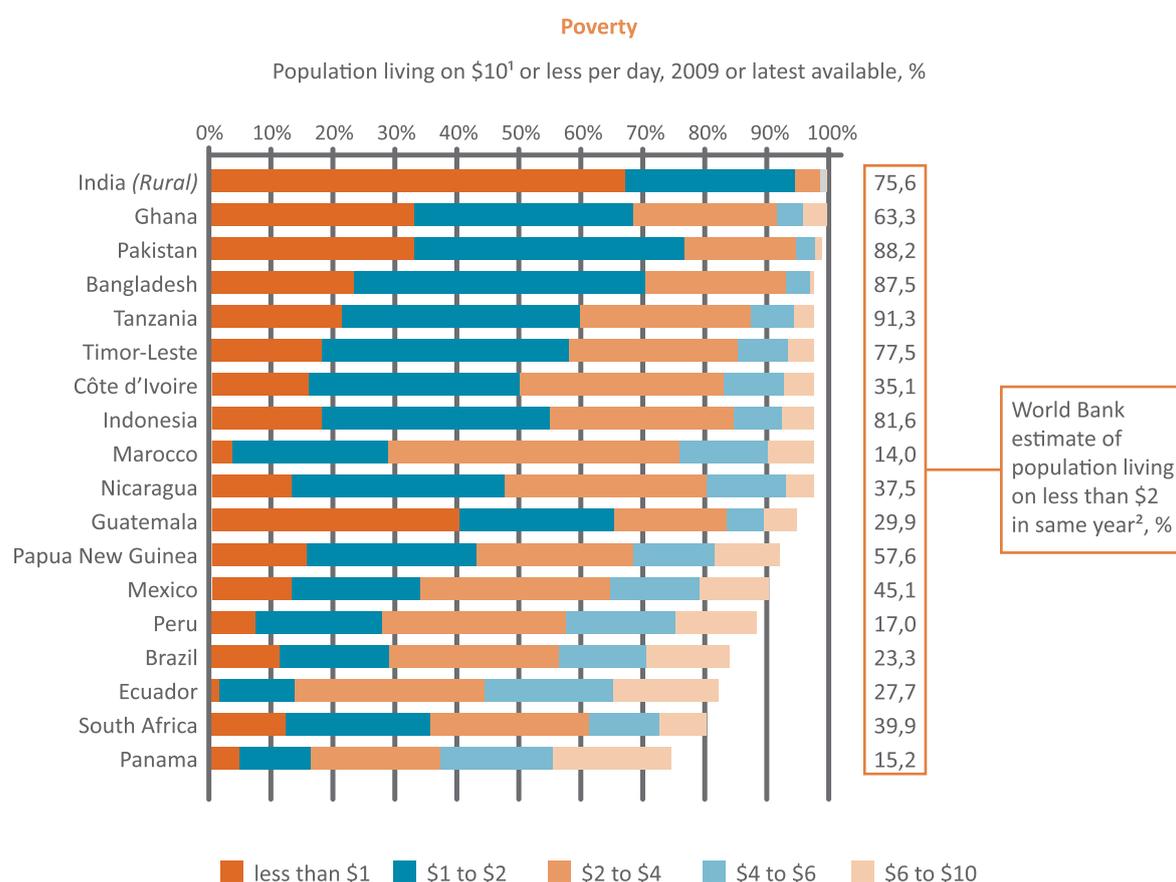
Assim, poder-se-á ter uma ideia do nível de vida de uma comunidade ou população se soubermos o valor do rendimento global que cabe a cada pessoa.

$$\text{Rendimento per capita} = \text{Rendimento Nacional} / \text{População Total}$$

Se tomarmos como exemplo os dados do quadro e considerarmos que aquelas quatro famílias constituem uma pequena comunidade de 88 pessoas, para sabermos o rendimento *per capita* da comunidade, teríamos então:

$$\text{Rendimento per capita} = 880 / 88 = 10 \text{ u.m.}$$

O que quer dizer que cada pessoa deveria ter 10 unidades monetárias para satisfazer as suas necessidades. No entanto, se calcularmos o rendimento *per capita* de cada família, vemos que na realidade pode não ser bem assim. Como o rendimento *per capita* traduz uma média, encobre as desigualdades evidenciadas na repartição pessoal, não levando em consideração as desigualdades existentes na repartição de rendimentos. Uma boa parte do rendimento pode estar concentrada nas mãos de algumas famílias e desse modo apenas uma pequena parte é repartida pela população restante.



O leque salarial é tão-somente um indicador das desigualdades salariais pois também constituem rendimentos os juros, as rendas e os lucros. Para medir as desigualdades verificadas na repartição do rendimento, sobretudo o seu grau de concentração, pode-se recorrer a outros indicadores, como, por exemplo, as curvas de Lorenz.

A curva de Lorenz é um diagrama que representa por classes percentuais a parte do rendimento nacional que cabe a cada grupo da população, permitindo avaliar a desigualdade entre as diferentes classes de rendimento. A diagonal do quadrado formado pelos dois eixos representa a reta da igual repartição, equivalente a uma concentração de rendimentos nula, ou seja, uma repartição absolutamente equitativa. Mas tal situação é somente ideal, porque, ao inscrevermos os valores referentes às várias situações, constatamos curvas que se afastam da reta da igual repartição. Quanto maior for esse afastamento maior será a concentração de rendimentos; logo, maior será a desigualdade.

Na representação da coluna, o país A apresenta uma concentração menor de rendimentos que o país B, pelo que as desigualdades são maiores em B. Dado que quanto maior o afastamento da curva relativamente à diagonal, maior a desigualdade, menor o nível de vida das populações e menor o grau de desenvolvimento económico

e social do país, podemos relacionar as curvas A e B com os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Assim sendo, a curva A corresponderia à curva de concentração dos rendimentos nos países desenvolvidos e a B à concentração dos rendimentos nos países subdesenvolvidos.

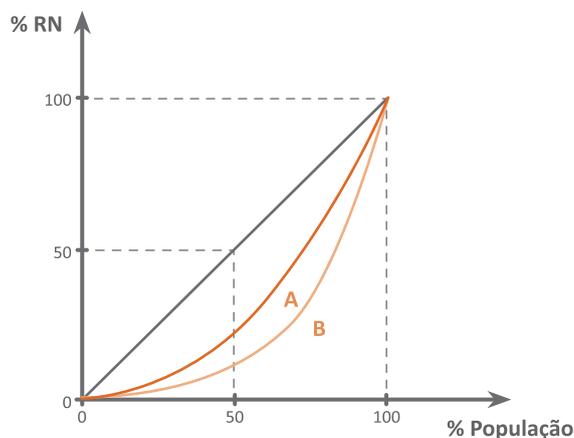


Figura 2 – Curva de Lorenz



Tarefa 3:

1. Quais os fatores que justificam a desigualdade na repartição de rendimentos?
2. Quais as causas da diferenciação salarial?
3. Distingue repartição pessoal de repartição funcional dos rendimentos.
4. Sendo o valor dos salários de um país de 1000, o valor das rendas de 300, dos juros de 650 e dos lucros de 150, calcula o rendimento *per capita* desta economia sabendo que a população total ascende aos 120 habitantes.

1.4 A Redistribuição dos Rendimentos

Noção e Objetivo

Quais as formas de atenuar estas disparidades na repartição de rendimentos? A diferente repartição de rendimentos causa desigualdades sociais, traduzindo-se em menores oportunidades para as famílias de baixo rendimento. Outras pessoas como os idosos, os inválidos ou até mesmo os desempregados, ficam impedidos de participar no processo produtivo e assim não obtêm qualquer rendimento.

De forma a atenuar estas diferenças entre classes sociais o Estado deve redistribuir rendimentos de forma equitativa para garantir um mínimo de subsistência básico. Para conseguir fazer isso o Estado cobra impostos e transfere rendimentos para as classes sociais mais necessitadas, através de pensões, subsídios, reformas, etc. Ao efetuar este tipo de transferências o Estado está a promover a proteção individual e a corrigir as desigualdades sociais. O sistema de redistribuição providenciado pelo Estado pode intervir na economia quer através das transferências sociais (prestações sociais e serviços gratuitos), quer também pela desigual incidência da carga fiscal, por exemplo, ao isentar de impostos os detentores de rendimentos mais baixos.

A redistribuição realiza-se através de diferentes instituições públicas, tais como a Administração Pública Central e Local, a Segurança Social, o Fundo de Desemprego, entre outras organizações, que canalizam as transferências quer para as empresas quer para as famílias, sob diversas formas, pois a redistribuição social não passa apenas pela transferência de montantes monetários. Para as famílias podem ser fornecidos bens e serviços coletivos, gratuitamente ou através de pagamento parcial, bem como pensões e subsídios vários. Para as empresas são normalmente atribuídos subsídios à produção em determinados setores bem como a isenção de impostos em situações específicas.

Políticas de atuação

Para conseguir uma mais correta redistribuição de rendimentos o Estado põe em marcha um conjunto de políticas de atuação como as políticas de preços, a fiscal e a social. Chamamos redistribuição porque, partindo da repartição de rendimentos primários (salários, rendas, juros e lucros), o Estado, através dos impostos, vai retirar parte dos rendimentos aos que mais ganham e dá-la ou redistribuí-la àqueles que mais necessitam, quer em prestações pecuniárias, como subsídios e abonos (redistribuição horizontal), quer através da prestação de serviços gratuitos carenciados.

Outra das formas de intervenção social do Estado consiste na criação de um rendimento mínimo garantido, o qual pretende fazer face às necessidades mais elementares de subsistência de algumas famílias. A fixação dum salário mínimo nacional visando proteger os trabalhadores contra salários de miséria que impedem uma vida decente, é ainda, outras das políticas sociais de intervenção do Estado na redistribuição dos rendimentos.

O Estado pode intervir na política de preços através da aplicação de impostos sobre o consumo de bens procurados pelas classes mais elevadas ou então pela atribuição de subsídios aos bens de primeira necessidade de forma a torná-los mais acessíveis. Umas vezes, os governos estabelecem preços máximos de venda ao público; outras, para proteger alguns grupos de pequenos produtores e a venda a retalho, são fixados preços mínimos para os produtos, através da concessão de subsídios.

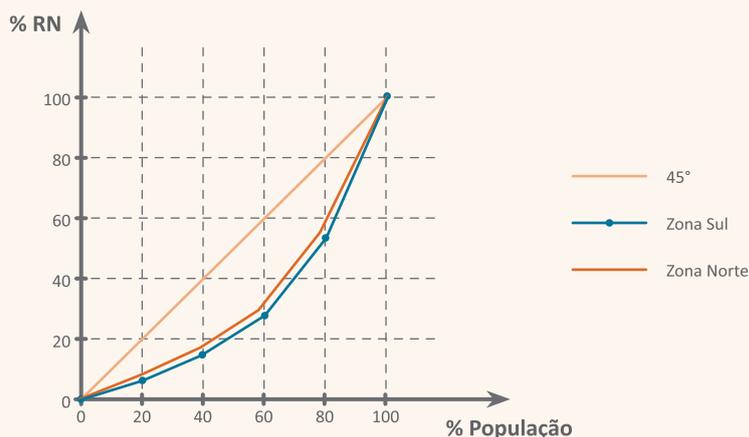


Através da cobrança de impostos, o sistema fiscal pode operar redistribuições de rendimento com uma política fiscal adequada a diferentes classes de rendimento. A política fiscal permite adequar o consumo ao rendimento, atuando sobre os impostos (diretos ou indiretos), agindo assim sobre a procura através da regulação fiscal. A criação de impostos cuja matéria coletável é os rendimentos dos cidadãos, com taxas progressivas, ou seja, dependendo dos rendimentos, estão sujeitos a maiores ou menores taxas (IRS), consoante o escalão de rendimento da família (“quem ganha mais, paga mais”) – a redistribuição vertical.

Os impostos são prestações pecuniárias (em valor monetário), coativas (obrigatórias) e unilaterais a favor do Estado, sem carácter de sanção. Chamam-se impostos diretos àqueles que incidem diretamente sobre o rendimento ou sobre o património, como, por exemplo, o IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e o IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas). As quotizações sociais são também prestações pecuniárias obrigatórias (retendo salário do trabalhador e cobrando à entidade patronal), mas estas acabam por reverter a favor do trabalhador, uma vez que constituem fundos através dos quais são pagos os benefícios sociais, tais como subsídios, abonos e reformas.

Tarefa 4:

1. Qual é o principal objetivo da redistribuição do rendimento?
2. Qual a relação entre a atividade produtiva e a formação de rendimentos?
3. Define rendimento nacional, rendimento pessoal e rendimento disponível.
4. Supõe os seguintes valores de uma determinada economia: Rendimento Nacional = 7 500 milhões de US\$; Remunerações do fator trabalho = 2 800 milhões de US\$; População total = 1 000 milhões de habitantes
 - 4.1. Em valor absoluto, qual a parte do rendimento que cabe ao fator capital?
 - 4.2. Calcula em percentagem a repartição funcional do rendimento. Interpreta.
 - 4.3. Determina o valor do rendimento *per capita* desta economia.
 - 4.4. Porque é que o rendimento *per capita* não retrata o nível de vida das populações?
5. Como se explica o facto de o nível de vida das populações poder diminuir apesar do aumento do salário nominal?
6. Considera duas regiões, Norte e Sul, cujo rendimento foi repartido da forma que se expressa na figura seguinte:



- 6.1. O que é que as curvas de Lorenz representam e relacionam?
- 6.2. O que representa a linha diagonal da curva de Lorenz?
- 6.3. Em qual das regiões parecem existir mais desequilíbrios económicos e sociais?
- 6.4. Que razões justificam a desigualdade na repartição pessoal do rendimento. Explica.